



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	
Depoimento n°: 007	Data: 04/09/2017
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 01h11min
COLABORADOR	
RUY OMAR PRUDÊNCIO DA SILVA - Secretário da Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo da Câmara dos Deputados, em 1987.	
SUMÁRIO	
Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.	
TÓPICOS	
1. De Tubarão a Brasília; 2. Vida profissional antes da Câmara; 3. Formação Universitária; 4. O trabalho na Câmara; 5. O relacionamento com presidentes das comissões; 6. O processo das comissões na Constituinte; 7. O trabalho na Constituinte; 8. O Centrão e a resiliência do Dep. Ulysses Guimarães; 9. Grupos de pressão nas Subcomissões; 10. O parlamentarismo; 11. O trabalho na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo; 12. Congresso Nacional x Assembleia Nacional Constituinte; 13. Emenda aglutinativa: a novidade da Constituinte no processo legislativo; 14. Avaliação da Constituição; 15. A Câmara ontem e hoje; 16. O compromisso com a Câmara.	

1. De Tubarão a Brasília

Eu nasci em Tubarão¹ — a família toda é de lá — em 1945. Aos três anos, fui para o Rio de Janeiro — meu pai foi se aventurar por lá e ficou. Fiquei no Rio até meus dezenove anos, quando vim para Brasília para onde meu pai foi transferido. Ele já tinha sido transferido em 1963, mas eu e a minha irmã ficamos por mais um ano, porque o apartamento era alugado. Nós ficamos lá por mais um ano, mas, depois, não houve jeito, tivemos que vir embora.

Cheguei aqui em 28 de fevereiro de 1964. Meu pai estava feliz da vida, estava tudo muito bem, ele era do órgão que hoje é o Instituto Nacional de Colonização e

¹ Município de Santa Catarina.



Reforma Agrária (Incra)². Foi muito engraçado, porque cheguei no dia 28 de fevereiro e no dia 31 de março estourou a Revolução, quando ele foi preso. Foi uma confusão danada. Não havia mais jeito de voltar, já estava aqui. Fiquei e estou muito satisfeito com Brasília. Sempre gostei muito daqui.

Eu morava na Zona Sul do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico, embaixo do braço direito do Cristo. Meu pai nunca teve dinheiro, mas sempre quis morar em lugar bom. Naquele tempo só havia dois prédios de três andares. Não havia nada ali, só casa. Cheguei de avião, eu e minha irmã mais velha. De cara, as malas ficaram no meio do caminho. Pegamos depois. Quando chegamos ao aeroporto, era um barraco de madeira. Pasmê! Barraco! Era azul, um azul cafona. Meu pai morava na SQN 311 Sul. O táxi não entrou na quadra. Só havia esse prédio, e o táxi não entrou na quadra. Que troço esquisito! Era um capinzal desta altura. Havia uma trilha. Fomos até o prédio, que estava iluminado. Eu e a minha irmã entramos. Nunca tinha visto capim na minha vida. Via grama, capim nunca tinha visto. No outro dia, quando olhamos para baixo, para aquele barro vermelho, outra coisa que também nunca tinha visto — para mim, barro era preto — eu me perguntei: “*O que é que eu vim fazer aqui, meu Deus do céu?*” E a ventania? Era uma poeira! À Universidade de Brasília (UnB) eu ia de bota do Exército. Você pisava assim e levantava aquele “poeirão”. Só havia asfalto onde estava a Reitoria, mas no estacionamento... Tudo era barro. Fiquei apavorado, mas não podia mais voltar. Já estava aqui.

Mas me adaptei muito rápido. Gosto muito desta cidade. Fiz logo uns amigos no próprio prédio. Íamos e voltávamos do Rio muitas vezes. “*Estou indo para o Rio. Quem quer ir?*” Era assim mesmo. “*Vamos embora. Para passar o fim de semana, eu vou lá.*” Gosto muito desta cidade. Sou brasiliense mesmo. Gosto muito desta cidade. Ao Rio de Janeiro, vou só uma vez, para matar a saudade. Minha cidade é esta: Brasília. Gosto muito daqui.

2. Vida profissional antes da Câmara

Cheguei aqui em fevereiro e só consegui emprego, e por indicação de um amigo, no final do ano, na Seção de Cadastro da Fundação Hospitalar, que funcionava

² Superintendência de Reforma Agrária (Supra)



no Edifício Pioneiras Sociais. Trabalhei lá como escriturário, que era a terminologia da época, durante uns seis meses, não foi por muito tempo. Depois fiz um concurso, não era ainda para estatutário —, era um concurso da Companhia Urbanizadora da Nova capital (Novacap), para CLT. Trabalhei no Departamento de Águas e Esgoto, que hoje é a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), no Setor de Autarquias Sul. Trabalhei lá por seis meses. Depois, como estava me preparando para o vestibular, precisava trabalhar meio expediente. Ali trabalhava dois expedientes e, então, fiz concurso para o Governo do Distrito Federal (GDF) — na época era Prefeitura —, para ganhar um terço do que ganhava, mas precisava e fui. Trabalhei lá por dois anos e meio, até que passei no concurso da Câmara de 1968, que começou em 1967, e daqui não saí mais. Fiquei 42 anos na Câmara.

3. Formação Universitária

Fiz vestibular para Engenharia, entrei na UnB em 1967. O problema é que, quando havia aula de Laboratório à tarde, levava falta. Então, tive que mudar de curso, porque não podia continuar daquele jeito, precisava do dinheiro. Passei para Economia, que era só de manhã, e foi tranquilo. Não houve nenhum problema. Foi isso. Formei também depois na Universidade do Distrito Federal (UDF), porque a Câmara passou a ter expediente integral, e terminei o curso de Economia na UDF. Posteriormente, muitos anos depois, eu fiz Direito só porque estava precisando estudar um pouco. É um curso muito interessante, muito bom, mas nunca exerci, nem sou inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nem nada!

Durante o curso de Economia, passei muito pouco tempo na UnB. Não havia nada a não ser barro! Aquilo que é o Minhocão, aquele prédio, só havia um pedacinho que era usado ali na parte sul. O resto era só concreto, não havia nada! Foi o meu grupo da Engenharia que inaugurou os dois primeiros anfiteatros. Disso eu nunca me esqueço: para mim, aquilo era muito chique, com poltronas de couro cru, eu não havia visto aquilo em escola nenhuma! Era muito bonito. Enfim, a UnB era muito pequenininha, muito restrita. Era tudo aberto, a gente, às vezes, ficava estudando de noite. Havia umas salas soltas pelo *campus*, e a gente ficava estudando lá até de madrugada. Ficava tudo aceso — era muito seguro, era muito tranquilo.



Depois, em 1968, veio a invasão³, quando se estragou tudo, foi bem complicado aquilo. Coincidiu também que no mesmo ano fecharam a Câmara. Então, para mim, foi um horror. Eu acabei me casando em 1969, porque eu não tinha mais o que fazer mesmo — fui lá e me casei em 1969. Mas a UnB foi um período muito bom da minha vida, muito interessante! A UDF nem tinha prédio próprio quando fui para lá, era um colegozinho que havia do lado. Quando terminei o curso, eles tinham terminado a base deles lá. Eu não tinha nada a ver com Economia. Fui fazer Economia por uma questão de comodidade — só isso —, tanto que nunca exerci a profissão. Mas tenho boas lembranças dos dois lugares.

4. O trabalho na Câmara

Fiz o concurso da Câmara atraído pelo salário evidentemente. O salário era muito bom. Entrei em outubro de 1968 e, em dezembro, a Câmara fechou. Fui trabalhar no Protocolo Geral e fiquei lá. Nós continuamos trabalhando normalmente, porque a parte administrativa funcionava normalmente. Não havia deputados, mas os funcionários todos trabalhavam com um ponto rígido e tudo. Depois, arranjei uma requisição para o Ministério do Planejamento — isso já foi em 1970, já fazia Economia — e fiquei lá até 1974 como requisitado. Foi muito interessante trabalhar lá porque trabalhava na área de desembolso e programação financeira. Havia aqueles programas antigos da Revolução — Pin, Provale, Proterra, Prodoeste⁴. Trabalhava com um grande economista que administrava o desembolso de recursos para esses programas. Era um assistente dele e, então, fiquei lá até 1974. Quando a Câmara fez uma daquelas reformas administrativas, voltei e fui trabalhar na Sinopse. Também foi muito interessante, o serviço era muito interessante na Sinopse. Trabalhei lá durante dois anos. Já conhecia, porque no Ministério do Planejamento trabalhava na Assessoria Parlamentar primeiramente, depois é que fui para a área técnica. Gostei muito do pessoal, gostei do trabalho na Sinopse. Fiquei lá por dois anos até que, em 1976, um novo Deputado, José Gomes do Amaral⁵, já falecido, lá do Paraná, foi eleito

³ V. Universidade de Brasília – Invasões históricas. <https://www.unb.br/a-unb/historia/633-invasoes-historicas?menu=423>

⁴ Programas de estímulo financeiro, comercialização e assistência técnica na área de agricultura que antecedem a Embrapa. V. <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/92418/1/inst-06.pdf>

⁵ José Gomes do Amaral (1937-1983). Deputado Federal - 1975-1979, PR, MDB.



Presidente da Comissão de Finanças e pediu para que o chefe da seção arranjasse um secretário para ele. Fui e fiquei de 1976 a 2011 no Departamento de Comissões.

Também passei pela chefia de gabinete do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Foi um ano só, foi com o Deputado Luiz Carlos Hauly⁶, que, aliás, também é um excelente deputado. Tinha sido diretor do Departamento por um ano, mas não era a minha área, não gostei. Pedi demissão no ano seguinte — faltavam quinze dias para completar um ano como diretor —, e, logo no mesmo dia, uma amiga minha que estava conversando no corredor com o Deputado Luiz Carlos Hauly, que tinha acabado de ser indicado Líder do antigo Partido Social Trabalhista (PST), disse: *“O Ruy aqui tem muita experiência...”* Trabalhei com ele um ano, mas também não era a minha área. Não gostei daquilo. No ano seguinte, voltei para o Departamento de Comissões e não sei se foi nessa época que voltei a ser Secretário da Comissão Especial do Código de Trânsito. Também nunca tinha trabalhado nessa área nas Comissões Especiais, e aquela foi a única vez. Durou um ano, mais ou menos, essa Comissão.

Depois, o Carlos Brasil, que tinha sido Diretor do Departamento de Comissões, foi convidado pelo Deputado Moreira Franco⁷ para ser assessor da Comissão de Viação e Transportes, na época. Ele aceitou, mas chegou para mim — nós éramos amigos — e disse: *“Eu só vou aceitar ser assessor dessa Comissão se você for o secretário”*. E eu disse: *“Mas eu não quero, estou nas Especiais agora”*. Ficou aquela confusão, mas acabei aceitando. Era para ficar um ano, mas fiquei quatorze anos na Comissão de Viação e Transportes.

Então, trabalhei cinco anos na Comissão de Finanças; dez anos da Comissão de Constituição e Justiça, já contando a Constituinte, pois nós ficamos na mesma sucessão; mais quatorze anos na Comissão de Viação e Transportes; e, depois, quase três anos na Comissão de Trabalho, onde me aposentei.

⁶ Luiz Carlos Jorge Hauly. Deputado Federal - 1991-1995, PR, PMDB. Deputado Federal - 1995-1999, PR, PP. Deputado Federal - 1999-2003; 2003-2007; 2011-2015; 2015-2019, PR, PSDB.

⁷ Wellington Moreira Franco. Deputado Federal - 1975-1977, RJ, MDB. Deputado Federal - 1995-1999; 2003-2007; RJ, PMDB. Governador do Rio de Janeiro – 1987-1991. Ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – 2011-2013. Ministro-chefe da secretaria de Aviação Civil – 2013-2014. Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência. Ministro de Minas e Energia – 2018.



Dessas Comissões todas, a Comissão de Justiça é sempre a mais importante. Quer dizer, o meu trabalho nunca foi importante. O importante é o trabalho dos Deputados, não é? Eu só dava apoio. E qual era a ideia que sempre tive? O presidente não tinha trabalho nenhum: quando ele chegava lá para presidir, tudo tinha que estar prontinho, certinho. Meu trabalho era apoio administrativo. Existe a parte de Regimento, mas era essa a ideia: dar apoio ao presidente, para que ele não tivesse trabalho. Era mais ou menos por aí, grosseiramente falando.

Dos presidentes com quem trabalhei, acho que o mais importante e muito atuante, muito ativo — quase nos matou de trabalhar — foi o Deputado Nelson Jobim⁸, que, logo depois da Constituinte, foi eleito Presidente da Comissão. Como ainda estava lá, fiquei lá. O nosso foi o único grupo que não saiu do lugar — aqui e o Centro de Documentação e Informação (Cedi). Nós não saímos do lugar. As outras Comissões todas fecharam totalmente durante a Constituinte. Só a Comissão de Justiça continuou funcionando. E por quê? Porque ela funcionava também como Comissão de Justiça para os recursos e decisões do Presidente da Câmara. Ela continuou funcionando mesmo quando as outras já tinham acabado, na Sistematização, no Plenário, por causa desses tais recursos. Ela tinha que funcionar. Ela funcionou pouco, porque houve poucos recursos, mas ela continuou funcionando o tempo todo. Então, conto uns dez anos, com a parte da Constituinte também.

O Deputado Nelson Jobim tinha um ritmo de trabalho alucinante. Na época, foi muito engraçado. Ele chegou na hora que a legislatura estava começando, e havia milhares de projetos. Ele disse assim: *“Como nós vamos apreciar isso tudo aqui?”* Ele inventou um sistema de apreciar pareceres em bloco, pareceres simples, porque a Comissão não julgava mérito, só constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Todos querem fazer uma pauta desse tipo. Ele só entregava nos gabinetes aquele pacotão, para os deputados apreciarem antes de irem ao Plenário. Lá, na hora, cada um pedia para tirar sem justificativa, mas não tirava. Só tirava desse jeito. Senão, não tirava. Aí, se aprovava aquele pacote, mas todo o trabalho com os pareceres é feito individualmente. Para se ter uma ideia, nesse ano eu, a Hérís Medeiros Joffily, que está na lista de funcionários, e o Francisco Elzir Irineu, que infelizmente já faleceu,

⁸ Nelson Azevedo Jobim. Deputado Federal – RS (1987-1991, 1991-1995). Ministro da justiça (1995-1997). Ministro do Supremo Tribunal Federal (1997-2006). Ministro da Defesa (2007-2011).



nós ficávamos todos os dias até às 23 horas trabalhando e só íamos embora porque apagavam as luzes do Anexo II. Então, o Deputado Nelson Jobim marcou, é lógico, por esse aspecto, pela capacidade de trabalho. Ele era violento, mesmo, de trabalho. Era bem ativo, muito ativo. Isso foi o que mais me impressionou.

A Comissão Temporária do Código de Trânsito foi uma Comissão também muito interessante. Nós tivemos, na Comissão Especial do Código de Trânsito, 600 emendas. Trabalhava sozinho — não tinha ajudante —, e ainda por cima com uma mão só. Foi meio complicado, mas, pela experiência, consegui me sair razoavelmente bem. Mas foi bastante trabalhosa. Durou um ano mais ou menos, foi bastante trabalhosa. Não sabia um artigo do código, apesar de trabalhar com as emendas, trabalhar com o texto. Sempre tive muito este jeito de pensar: *“Eu não quero saber o que está sendo dito. Para mim, não me diz nada. Vou fazer o meu trabalho e pronto”*. Era assim, meio esquisito. Não sei nada de Código de Trânsito.

5. O relacionamento com presidentes das comissões

De modo geral, eles não interferiam muito nos trabalhos internos, porque não conhecem muito o Regimento. É claro que, tudo o que era feito, tínhamos que explicar a eles. Lembro de que, durante trinta e poucos anos como secretário de comissão, e só vi dois presidentes decidirem contra aquilo que achava que devia decidir. Eram questões importantes. Mas avisei: *“O senhor vai perder”*. Eles responderam: *“Eu sei, mas eu quero”* — política, não é? O detalhe dessa história eu não me lembro, mas lembro do caso. Estava na Comissão de Viação e Transportes, o Deputado Philemon Rodrigues⁹ era o Presidente, e havia um projeto que estava com regime de urgência no Plenário. Mas a sessão do Plenário é só à tarde. Portanto, mesmo em regime de urgência, a Comissão pode apreciar o processo, porque o processo físico ainda está lá. Durante a reunião, havia poucos deputados, e ele queria fazer passar aquela matéria de qualquer jeito. Acho que ele era do Governo. Ele colocou em votação o parecer do Relator, mas havia um parecer contrário. Colocou-o em votação rapidamente, mas um deputado que estava lá levantou a seguinte questão de ordem: *“Não há número”*. Questionou o quórum. Ele disse: *“Já está aprovado”*. Mas esse

⁹ Philemon Rodrigues da Silva. Deputado Federal - 1994-1995; 1995-1999; 1999-2003; MG, PTB. Deputado Federal - 2003-2007, PB, PL.



deputado recorreu. Eu avisei a ele: *“Ele vai recorrer, e o senhor vai perder”*. Ele não quis sequer dar a palavra a esse deputado, que era líder. O líder tem direito a falar a qualquer momento. Mas como ele queria fazer passar e, segundo ele, já havia votado, não concedeu a palavra ao líder. Portanto, valeu a decisão. Ele perdeu. É claro que, à tarde, o projeto foi ao Plenário, porque iria de qualquer jeito, independentemente desse parecer. Mas avisei: *“O senhor vai perder”*. E ele perdeu.

Outro caso, já mais recente, aconteceu na Comissão de Trabalho. O deputado queria agir politicamente, e o Presidente fez uma distribuição. Como se tratava de um projeto de poder conclusivo, portanto, feita a distribuição, abriu-se um prazo de cinco sessões para o recebimento de emendas. Quando estava correndo esse prazo, ele trocou o Relator. Eu disse a ele: *“Presidente, o senhor não pode fazer isso. Ele pode declinar, mas o senhor não pode tirar, porque foi o senhor que indicou. Não pode. Está recebendo emendas, portanto já é público, não pode”*. Mas ele disse: *“Mas eu preciso trocar”*, e inventou umas conversas. O que aconteceu foi que, quando eles questionaram essa decisão, fizeram um recurso ao Presidente da Câmara. A primeira coisa que ele fez foi mandar o Presidente se manifestar. Quem se manifesta sempre é o secretário, porque eles não sabem nada de Regimento. Então, nós tentamos defender o indefensável. Essa é que é a verdade. Isso acontece muito. É indefensável! Está errado! É claro que ele perdeu, mas ganhou um tempo. Ele queria agradar alguém lá. Não sei. Sempre digo: não me meto nessa área. Mas quem justifica sempre as decisões que tomam, certas ou erradas, é o secretário.

Houve também um caso muito engraçado. Sempre ajudava quando um deputado me pedia alguma coisa. O meu conhecimento só serve para isso. Não vou levá-lo, como não levei, para a aposentadoria; não serve para nada. Um deputado tinha que apresentar uma emenda a um projeto, em uma determinada Comissão — era o Deputado Nilson Gibson¹⁰, que era meio doidinho —, mas não apresentou. O pessoal da região dele cobrou: *“Como o senhor não fez?”* Ele me disse: *“Ruy, eu preciso fazer uma emenda”*, em outra Comissão, cujo mérito não era mais aquele. O assunto, o tema, que ele queria emendar não servia mais para aquela Comissão, mais

¹⁰ Nilson Alfredo Gibson Duarte Rodrigues (1935-2018). Deputado Federal - 1979-1983, PE, ARENA. Deputado Federal - 1983-1987, PE, PDS. Deputado Federal - 1987-1991; 1991-1995; PE, PMDB. Deputado Federal - 1995-1999, PE, PMN.



adiante. *“Preciso apresentar uma emenda, senão vão me matar lá. O que eu faço?”* Eu disse: *“O senhor apresenta este destaque aqui, mas isso não é um destaque, é uma emenda. Pelo menos vai ser publicado, e o senhor vai dizer que o apresentou”.* Mas o destaque não é emenda. Você destaca a emenda, mas o destaque não cria texto sozinho. Ele fez. É claro que o Presidente não recebeu. Desse destaque eu já havia falado com o Presidente: *“Olha, vai acontecer isso”.* *“Não vou receber, não”.* Não recebeu. Mas tive que apresentar a justificativa do Presidente para não receber. Depois tive que preparar o recurso do Deputado Nilson Gibson para a decisão do Presidente. Acontecem essas coisas meio malucas, mas foram poucas vezes.

6. O processo das comissões na Constituinte

O que aconteceu de inusitado? Essa foi a primeira Constituição que não tinha texto básico — o texto base, no caso. Na realidade, o Presidente Sarney¹¹ criou uma Comissão de Notáveis para elaborar um texto básico. Eles fizeram esse trabalho, mas não sei como foi isso aí — ignoro. Então, eles começaram uma Constituição com sugestões do público de um modo geral, e foram recebidas cinquenta e poucas mil sugestões pelo menos — eu li todas. Havia um grupo nesse setor — não se chamava Cedi, mas não me lembro do nome — que recebia primeiro essas sugestões. Processava e tal, tirava cópias, enfim, fazia todo aquele primeiro trabalho e, depois, mandava para o grupo em que eu trabalhava, na.

Como não havia base nenhuma, o que eles fizeram? Usaram os oito títulos da Constituição anterior e mais as Disposições Transitórias. Criaram, então, oito Comissões: quatro na Câmara e quatro no Senado. Fiquei com uma das quatro, embora ela não estivesse funcionando ainda como Comissão. Quer dizer, era e não era. Não havia deputado ainda. Nós recebíamos esse material do Cedi e íamos selecionando por tema — já vinha pré-selecionado, diga-se de passagem — víamos um pessoal de alto nível trabalhando nisso. Nós fazíamos uma espécie de revisão desse material de modo tal que, quando a Comissão começou a funcionar... No caso

¹¹ José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa. Deputado Federal, MA, 1956, 1957 e 1959-1966; Governador, MA, 1966-1970; Senador, MA, 1971-1985; Presidente da República, 1985-1990; Senador, AP, 1991-2015.



da minha Comissão, havia um Relator, que era o Deputado Egídio¹². Os secretários foram indicados, então, antes da formação das comissões pelo Presidente da Constituinte, que era o Deputado Ulysses Guimarães¹³. Então, nós já éramos Secretários antes de a Comissão funcionar. O Deputado Egídio Ferreira Lima — nunca me esqueço, era um excelente deputado — era o Relator nessa Comissão.

Depois de muito tempo — isso levou tempo, é claro —, ele recebeu todo esse material já em ordem, não em ordem de artigo, porque nós não podíamos fazer isso, porque era o trabalho dele. Mas todos os assuntos ordenados. Por exemplo: nós separamos dessa forma: a Organização dos Poderes e o Sistema de Governo compreendiam o Legislativo, o Executivo, o Judiciário. Isso era os três capítulos — então, é muito fácil. Separamos toda a parte do Executivo, toda a do Legislativo, toda a do Judiciário e mandamos para ele. Ele e os outros Relatores das outras Comissões foram quem prepararam o texto básico. O texto básico foi feito pelos Relatores das Comissões.

Feito isso, feito o texto básico, foram criadas, então, Subcomissões. Neste caso, eram uma Subcomissão do Poder Legislativo, uma do Executivo e uma do Judiciário. Elas, então, é que começariam efetivamente a trabalhar, a analisar essas sugestões já em relação ao mérito. E, aí, nessas Subcomissões, os deputados, então, poderiam apresentar emendas pela primeira vez. Então, o Relator trabalhou com sugestões, que foi o texto básico — depois elas sumiram, não apareceram mais; só passaram a aparecer as emendas dos deputados, como se fosse um projeto normal já. Cada comissão já tinha feito, então, o seu texto base. Aí, se analisou, se votou, se discutiu bastante e tal.

Quando todas essas subcomissões terminaram o seu trabalho — havia um prazo para cada uma, e eles deram o mesmo para todas elas —, encerraram essas subcomissões, e aqueles deputados que eram das subcomissões passavam a trabalhar na comissão, que seria a Comissão da Organização de Poderes e do

¹² Egídio Ferreira Lima. Deputado Federal - 1983-1987; 1987-1991; PE.

¹³ Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992). Deputado Federal, 1951-1955, SP, PSD; Deputado Federal, 1955-1959, SP, PSD; Deputado Federal, 1959-1963, SP, PSD; Deputado Federal, 1963-1967, SP, PSD; Deputado Federal, 1967-1971, SP, MDB; Deputado Federal, 1971-1975, SP, MDB; Deputado Federal, 1975-1979, SP, MDB; Deputado Federal, 1979-1983, SP, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, SP, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB; Deputado Federal, 1991-1995, SP, PMDB. Foi Presidente da Câmara dos Deputados de 11.mar.1956 a 11.mar.1958, 1985-1986, 1987-1988.



Sistema de Governo — essa era a Comissão. No caso, foi eleito Presidente o Deputado Oscar Corrêa Júnior¹⁴, e funcionou dali para frente como se fosse um projeto normal, sem muita diferença. O Regimento da Constituinte era mais ou menos semelhante ao da Câmara — não havia muita diferença. Então, os deputados já estavam acostumados. Foi usando o Regimento Comum, esse Regimento da Constituinte, que se chegou a um bom termo.

Terminadas as comissões, todas fizeram os seus textos. No caso nosso, era o Título I, Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Depois que terminaram as subcomissões, os deputados passaram todos para a Comissão propriamente dita. Ali, todo o trabalho foi feito de novo, mas agora com um só Relator dos três temas, de recebimento de emendas, com discussões longas e com votação. Terminada essa fase, para a qual também havia prazo, todo o material das oito Comissões — quatro da Câmara e quatro do Senado — foi encaminhado para a Comissão de Sistematização. Lá, então, é que foi feito o texto básico da Constituição propriamente dita. Lá é que começou efetivamente a haver um texto bom, um texto só. Agora se passou a ter um texto só. Todos os deputados e todas as comissões, é claro, puderam participar, emendar, discutir. Foi longo esse processo também.

7. O trabalho na Constituinte

Entrei na Constituinte porque fui indicado como Secretário. Antes disso, não tinha nenhum envolvimento, não tinha nada. Havia agitação aqui na Casa sobre isso, mas sempre fui muito trancado na minha seção. Honestamente, não via nenhum movimento, porque estava sempre trabalhando, sempre trancado. Nesse aspecto, não participei muito. Mas havia, é claro, muito movimento de pressão. Mesmo antes de começar, já havia pressão de grupos e tal. Havia, mas não participei — realmente, não participei.

Fui nomeado secretário pelo Presidente. Não sei quem me indicou. Não vou afirmar, mas deve ter sido o nosso diretor que, na época, se não me engano, era o Jolimar Corrêa Pinto, que está aposentado. Parece-me que deve ter sido ele. Não teria muita surpresa, porque era o mais antigo. O Carlos Brasil também era

¹⁴ Oscar Dias Corrêa Júnior. Deputado Federal - 1983-1987, MG, UDN. Deputado Federal - 1987-1991, MG, PFL.



antiquíssimo, como era muito experiente. Depois, houve a Maria Júlia¹⁵, que era uma bibliotecária, ela não era secretária havia muito tempo, mas era também muito preparada. Todos os secretários, tanto das comissões como das subcomissões, foram nomeados antes de todo o trabalho. Como secretário da Comissão tinha que acompanhar o trabalho das Subcomissões. Era uma espécie de revisor de tudo. Era o responsável, para todos os efeitos, embora as secretárias fossem preparadas, todas, a responsabilidade final era sempre minha.

O que compete ao secretário? Primeiro, é claro, receber os interessados, no caso, o pessoal de alto nível; depois, manter sempre o Relator e o Presidente de cada Comissão e de cada Subcomissão, que também tinha o seu Presidente, bem informados; receber as emendas; analisar tudo — analisar regimentalmente, não em termos de mérito — para preparar as votações, que essa era a função principal do secretário: assessorar o Presidente durante as reuniões. Eu tinha que preparar as votações. Todas são preparadas pelo secretário, sempre. Inclusive nas Comissões atuais é o secretário que prepara tudo. Esse foi um trabalho interessante porque nós o fomos levando até o Plenário. Nós trabalhamos até o Plenário, preparando as votações. O nosso grupo ajudou na preparação das votações. Nós tínhamos tanta experiência que o pessoal da Sistematização ficou só nos dando apoio, porque era um troço realmente bem complicado.

Nosso grupo era o grupo da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo. Basicamente, éramos eu, o Carlos Brasil, que veio a ser secretário de uma das comissões¹⁶, e a Héris Medeiros Joffily, que era uma excelente funcionária — sempre foi a minha substituta. Nós três encabeçamos sempre esse grupo. Para a Sistematização, não foram todos que trabalharam comigo — só uns dois foram lá ajudar. A nossa área era só a parte final: análise de emendas e de destaques principalmente, que era uma matéria que poucos conheciam, porque nas comissões não costumava haver muitos destaques. Na Justiça, sempre houve. Então, nós tínhamos mais experiência nisso. Quando trabalhei na Sinopse, também aprendi muita coisa do Plenário, porque lá acompanhávamos o Plenário pelo ouvido mesmo. Ouvíamos por meio de um alto-falante que lá havia e íamos anotando tudo o que

¹⁵ Maria Júlia Rabello de Moura

¹⁶ Carlos Brasil de Araújo foi secretário da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem.



aconteciam no Plenário, para poder passar a informação para aquelas fichas. Então, realmente tinha ampla experiência, não foi nada difícil para mim. Claro que outros grupos nos ajudaram, porque era muita coisa, não era pouca coisa. Todo o pessoal do Departamento de Comissões continuou trabalhando, só que, como as comissões tinham acabado, o pessoal foi chamado para determinados setores para fazer o trabalho.

Nós trabalhamos na Sistematização preparando as votações. Eles tinham uma equipe própria no Plenário. É claro que quem se sentava à mesa era o Secretário. Nós ficávamos do lado ajudando no que fosse possível. Posteriormente, o que foi muito interessante, o Dr. Paulo Afonso¹⁷, que era o Secretário-Geral da Mesa e também da Constituinte... Ele sempre trabalhou muito sozinho no Plenário, na parte de votação. Ele fazia tudo sozinho. Era muito interessante isso. Mas o volume não era aquele — ele não poderia fazer tudo aquilo sozinho. Então, nós preparamos todas as votações do Plenário — tudo em envelope, na ordem que tinha que ser votado, tudo bonitinho. Ele fazia, é claro, a revisão dele, mas mudou muito pouca coisa. Foi a primeira vez que ele precisou mesmo, pois não tinha como: eram toneladas de papel — não tinha como! — com centenas de emendas e de destaques para todo o lado. Foi interessante e bom o nosso trabalho nesse aspecto. Claro que ele sabia tudo.

Da redação final, já não participei, porque foi feita, se não me engano, na Sistematização. E, como não havia mais problema de votação, nós já estávamos desmobilizados.

8. O Centrão e a resiliência do Dep. Ulysses Guimarães

Não prestava muita atenção no conteúdo das discussões. Meu trabalho não era muito esse. A única coisa interessante que eu me lembro é que o Centrão, um grupo do pessoal mais de direita, criado durante a Constituinte, passou a ter muito poder, e a Constituinte parou, porque eles não concordavam com um monte de coisa. A Constituinte parou por alguns meses. Depois de muito tempo começaram os trabalhos. Nunca me esqueço do Dr. Ulysses, numa daquelas sessões em que ele queria de qualquer jeito votar tudo rapidamente, pois estava acabando o prazo — não

¹⁷ Paulo Afonso Martins de Oliveira (1927-2005). Secretário-Geral da Mesa (1965-1988). Ministro do TCU (1988-1997).



que o prazo estivesse determinado, mas enfim. Ele começou a correr, e houve um dia — você não vai acreditar — em que ele ficou 17 horas no Plenário sem se levantar da cadeira — 17 horas! Eu contei. Ele sabia que, se saísse e deixasse com outro, bagunçariam tudo e não andaria mais nada. Então, ele ficou. A única coisa interessante que lembro é essa.

9. Grupos de pressão nas Subcomissões

A Subcomissão tinha um tema. Foi muito engraçado porque o Executivo e o Legislativo quase não tiveram emenda, mas o Judiciário teve muitas, eles fizeram muito *lobby* aqui dentro: o Ministério Público, polícia, juiz. Então, a condição mais ativa mesmo dessas três foi a do Judiciário. A questão do mandato do presidente foi coisa que eles conversaram lá fora. Não vieram aqui fazer pressão. Se quisessem, seria com deputado, é lógico. Na Secretaria, onde recebíamos todo mundo, não houve muito movimento, só na Comissão do Judiciário — nessa foi constante, o tempo todo. Está aí o Ministério Público com esse poder todo — isso ocorreu na Constituinte. Não tinha todo esse poder o Ministério Público. Ele era ligado, se não me engano, ao Ministério da Justiça. Eles conseguiram uma independência muito forte. Os juízes também fizeram muita pressão. Tudo o que eles queriam eles conseguiram na Subcomissão. Eu não ficava lá direto. Foi na Subcomissão.

10. O parlamentarismo

Eu não tomava conhecimento das discussões da Constituinte. Não participei. Mas acho que o nosso presidencialismo não está bom, não é bom, não funciona. O Presidente tem poder demais, mas em compensação é totalmente dependente do Congresso. Então, faz logo um parlamentarismo. Eu sou a favor do parlamentarismo. As grandes potências são parlamentaristas, e nós não somos. Os Estados Unidos e a França também não são parlamentaristas, mas eu acho o parlamentarismo mais prático, mais objetivo. É preciso menos barganha do Presidente com o Congresso — sei lá, eu acho.



11. O trabalho na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo

Na realidade, eu nem escolhi a equipe porque já eram todos meus funcionários na Comissão de Justiça, e os outros vieram das Subcomissões. Quando as Subcomissões acabaram, eles vieram trabalhar comigo. Nas Subcomissões, como os quatro secretários já eram secretários¹⁸, então cada um ficou com a sua equipe. Não houve muita alteração.

Não havia diferença em relação ao trabalho com as comissões permanentes. Era o mesmíssimo trabalho. A única diferença foram as sugestões. As sugestões serviram de base para fazer o primeiro texto, mas não tinham a importância de uma emenda de deputado, por exemplo. O que nós fizemos foi só juntar todas essas sugestões por assunto e entregar para o Relator. Ele, sim, que examinou o mérito. Fora isso, a partir daí, com o texto do Relator, era igualzinho a um projeto normal.

Na rotina do trabalho, a primeira coisa que se fazia era tirar cópia de todo o material recebido. Passei a usar óculos depois da Constituinte. Li todas as cinquenta e poucas mil sugestões. Havia cópia xerox que era fraquinha, ruim de ver. Por ler aquilo direto por horas, dias e meses, tive que usar óculos. Então, preparava-se esse material, eu distribuía para os funcionários, pelo menos para esses quatro que tinham mais gabarito, para analisar. Eles faziam o trabalho, mas eu também fazia junto. Cada um fazia o do seu grupo e depois nos reuníamos para fazer uma revisão geral e ver se estava tudo certo. O trabalho básico era esse. Tudo o mais era apoio a isso. O trabalho era preparar o material para entregar ao Relator, como se faz numa comissão permanente: nós recebemos o material, processamos, damos ao Presidente para ele distribuir; ele distribui, encaminhamos para o Relator, o Relator examina, o processo volta, e há o procedimento de esclarecimento e de preparação para a reunião. Na época, não era isso tudo. Havia maior volume, mas o trabalho era menor.

Para as audiências públicas, sempre é votado de acordo com o Regimento da Câmara. Alguém sugere — eu não vou lembrar quem foi — e aquilo é submetido à votação numa reunião com todos os membros. Na minha Comissão houve duas audiências — a primeira com o Márcio Thomaz Bastos¹⁹, Presidente da OAB, e a

¹⁸ Cada Comissão tinha três Subcomissões, cada uma com seu secretário, além do secretário da Comissão.

¹⁹ Márcio Thomaz Bastos (1935-2014). Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – 1987-1989. Ministro da Justiça – 2003-2007.



segunda com o Ministro Sydney Sanches²⁰, que era do Supremo Tribunal Federal. Coincidentemente, veja que o Ministro Sanches era do Judiciário. O Márcio Thomaz não, porque ele já era Presidente da OAB. Para dizer a verdade, durante essas reuniões de audiência, eu nem ficava lá, porque não há envolvimento de Regimento. Deixava lá funcionários que estão acompanhando normalmente a audiência, já que tem que dar presença, apoio. Nunca fui de assistir a audiência pública, o que é uma coisa horrível, reconheço. Não assisti a nenhuma delas.

Em relação à assessoria, usamos mesmo é a assessoria da Consultoria da Câmara. Os consultores fazem tudo para os deputados: fazem projetos, discursos e, principalmente, pareceres. A maior parte dos deputados recebe o projeto e manda para a Consultoria, mas a Consultoria some ali, porque quem vai assinar é o deputado. Nunca usei, para dizer a verdade, mas algumas comissões, quando os projetos eram polêmicos, chamavam os consultores para dar apoio tanto na parte de Regimento — há consultores especialistas em Regimento — quanto na parte de conteúdo. Com relação a matérias muito polêmicas, às vezes é preciso o Presidente dar alguma resposta, e a Consultoria funciona que é uma beleza nesse aspecto. Aliás, tenho ampla admiração pela Consultoria. Mas nas votações da Comissão não precisei, não usei. Os assessores iam lá, mas quando eram chamados. Eles não vão espontaneamente, porque têm todo um rito de trabalho. Eles só iam quando eram chamados. Até hoje é assim.

Não me lembro da figura do assessor externo²¹. Ele deve ter trabalhado diretamente com o Presidente ou com o Relator, mas do contato dele com a comissão administrativa não me lembro. Não estou dizendo que não houve. A minha memória não é muito boa. Não me lembro dele. Lembro do assessor do Nelson Jobim, mas isso foi depois. O Nelson Jobim não era político, era advogado. Durante vinte anos, foi advogado. Depois se candidatou para a Constituinte e veio a ser deputado. Ele trouxe um assessor espetacular, o Dr. Ferrão²², que era do Ministério Público do Rio Grande do Sul e foi requisitado pela Câmara, mas ficava à disposição do Deputado Nelson Jobim. Com esse convivi bastante. Eu o conheci durante a Constituinte,

²⁰Sydney Sanches. Ministro do Supremo Tribunal – 1984-2003.

²¹ José Ricardo da Costa e Silva.

²² Eduardo Antônio Lucho Ferrão.



porque, durante a Constituinte, o Deputado Nelson Jobim era o Líder do Governo ou Líder do PMDB na Constituinte. Foi ali que ele começou a fazer fama como Líder do PMDB, que era o maior partido, na Constituinte.

Em relação aos relatórios, cada Subcomissão votou o seu texto. Depois, passou para a Comissão, que juntou os três e recebeu emendas, como se fosse um novo texto. Mesmo os deputados que eram da Subcomissão podiam apresentar emendas de novo, sem problema. Era como se fosse outra Comissão. A Subcomissão, na verdade, é uma pequena comissão para depois ir para grande e começar tudo de novo, mas agora com o texto integral. Isso não alterou muito o processo da Constituinte. Alterou só no início. Depois que começou a funcionar, não. Se tivesse havido um texto básico seria esse aí. Quanto a isso, não. O que segurou isso — poderíamos ter ganhado um ano para a Constituição estar pronta — foi o Centrão. Houve muita negociação. Disso me lembro muito vagamente, mas houve muita negociação, porque o Centrão queria muitas coisas que os outros não queriam. Enfim, houve muita negociação e parou, parou tudo. Não me lembro exatamente de quanto tempo, mas foram muitos os meses.

Em relação ao trabalho do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), trabalhei na implantação do sistema da Câmara lá no Prodasen. Era tudo feito à mão. Mandava o trabalho para processar, no dia seguinte ele voltava para se fazer a crítica. Era assim que se trabalhava. Imagine! Fiz muito isso. Não me lembro de tudo sobre o Prodasen, porque nós trabalhávamos com o papel, com esses textos. Não me lembro, realmente, do que o Prodasen fez no meu trabalho na Comissão. Nas votações, vamos dizer, eles não atuaram; na parte da votação, não. Para ser muito sincero, não sei exatamente qual foi a atuação do Prodasen na Constituinte. Eu sei que, nessas três fases em que trabalhei, não tive contato com a Prodasen.

12. Congresso Nacional x Assembleia Nacional Constituinte

Durante a Constituinte, a Câmara não funcionava mais. Os funcionários das Comissões foram desmobilizados, foram distribuídos de acordo com a necessidade de cada grupo. Não funcionou nada. Tudo era para a Constituinte, porque se tratava uma Assembleia Nacional Constituinte. Só depois que ela acabou, os deputados



voltaram a ser parlamentares convencionais. Houve até gente que era contra isso, que achava que um deputado constituinte deveria ser somente constituinte. Mas o Brasil, como sempre inovou: fizeram a Constituição em dois anos e depois ficaram mais dois anos como deputados normais, convencionais.

O que aconteceu? Quando houve a eleição deles, é claro que o povo estava sendo, vamos dizer, orientado a votar no Constituinte. Por isso veio aquele jurista famoso, Joaquim Bevilacqua²³. Enfim, vieram juristas famosos. Eles não eram políticos, tanto que depois eles se apagaram. Essa não era a área deles. A área deles era fazer a Constituição. Mas, como tiveram que continuar como deputados, eles continuaram, mas praticamente não atuaram mais. Eram grandes juristas, mas não se elegeram para aquilo. Acho que para a elaboração da Constituinte teria sido melhor que os deputados fossem eleitos especificamente para a Constituinte. Normalmente é assim que se faz pelo mundo. Haja vista que, na Venezuela, acabaram com o Congresso, que virou uma Assembleia Constituinte. Quando acabar, vai acabar. Vão marcar novas eleições, etc. Então, é o normal fazer uma Constituinte, eleger pessoas específicas para aquilo. Não foi o que nós fizemos. Nós, como sempre, inovamos.

As nossas inovações são meio esquisitas, como esse nosso presidencialismo. A Constituinte ia ser — ia ser — parlamentarista. No meio do caminho, com o Centrão, mudaram, e ficou um presidencialismo esquisito. Mas é o que dá começar uma Constituição sem um texto básico. Acho que isso aí foi horrível! Mas não há o que fazer. Se fizeram uma Comissão de notáveis para elaborar um texto básico, por que não aproveitaram? Mesmo que se mudasse tudo, mas era um texto. Acho que em nenhum lugar do mundo se faz uma Constituição sem ter um artigo. Não sei, nunca vi. Então, essas inovações não me agradam muito não.

13. Emenda aglutinativa: a novidade da Constituinte no processo legislativo

Na realidade, na Constituinte não houve muita alteração em relação ao trabalho usual das comissões. A única diferença que houve, que tem a ver com o mérito, é que inventaram a emenda aglutinativa. Isso não existia no Regimento da Câmara nem do Senado nem no Regimento Comum. Isso foi uma novidade, que depois foi bastante

²³ Joaquim Vicente Ferreira Bevilacqua. Deputado Federal - 1975-1978, SP, MDB. Deputado Federal - 1987-1991, SP, PTB.



deturpada. Mas, fora disso, era normal — o Regimento da Constituinte era muito parecido com o Regimento da Câmara —, não houve nenhuma invenção. Essa, sim, foi uma invenção, porque alterou a maneira de se votarem as matérias.

O que acontecia? Antigamente, e até hoje, havia quatro tipos de emenda: as substitutivas, as modificativas, as aditivas e as supressivas. O que aconteceu? Como, na Constituinte, o texto era novo, pois se estava fazendo uma Constituição, eles resolveram votar por artigo. Isso ocorre com requerimento que qualquer deputado pode fazer. Isso estava no Regimento anterior e está no atual. Pode-se pedir o que chamam de fatiamento: ou se vota por blocos, por capítulos, por títulos ou por artigos mesmo.

Finalmente, começaram as votações. Foram votando artigo por artigo. No primeiro já houve confusão por causa da frase: *“Em nome de Deus, abrimos os nossos trabalhos”*. O José Genoíno²⁴ criou confusão, porque ele é ateu. Houve uma confusão danada, e acabaram botando lá: *“Em nome de Deus e do povo brasileiro”*. Ele botou essa expressão, que a anterior não tinha. Então já começou a confusão com o art. 1º. Aí se vai votando. Vai-se votando, mas vai-se modificando o texto que estava ali. Chega-se a um determinado artigo que está incoerente com o que já havia sido votado. Isso o Regimento anterior não previa. Então, inventaram a emenda aglutinativa, que deveria ser — olha só! — produto de negociação. No Regimento da Constituinte, e no atual também, está escrito *“transação”*, ou seja, negocia-se para que fiquem adequados os artigos anteriores. Mas não se pode criar matéria nova.

Essa é a ideia da emenda aglutinativa. Hoje em dia ela está totalmente deturpada. O Regimento dizia, mais ou menos, que ela devia ser negociada para haver a aproximação dos textos. É claro, se a emenda é aglutinativa, há mais de um texto. Ela serve para aglutinar os textos e fazer um novo texto a partir daqueles. Não se pode criar nem uma palavra nova. Imagina! Hoje em dia, para se fazer uma votação no Plenário, aparecem cinco emendas aglutinativas. O que é isso? Cada partido apresenta uma emenda aglutinativa. Isso é uma deturpação total, mas foi uma criação da Constituinte a tal emenda aglutinativa. Isso funcionou o tempo todo, é lógico. Toda hora aparecia emenda aglutinativa, porque tinha que parar a sessão. Suspendia-se a

²⁴ José Genoíno Neto - Deputado Federal – SP, PT (1983-1987; 1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2007-2011; 2011-2015).



sessão para que houvesse a negociação entre os Líderes. Isso foi só no começo; lá pelo meio, já estavam, como ocorre hoje aqui, inventando palavras, textos.

Isso é um negócio político. Isso é uma decisão política. Eu acredito que teria que reclamar, porque nós sabemos hoje — o Nelson Jobim confessou isto antes e depois — que houve artigo da Constituição que foi enfiado lá²⁵. Houve artigo da Constituição que não foi votado, tal foi o atropelo no final, para poder terminar. Ele é que admitiu que houve texto que não foi votado, não. Não se tratava de algo fundamental, mas aconteceu, porque eles tinham que terminar. Já tinha passado, não podiam voltar. Houve de tudo. Mas essa emenda aglutinativa foi um negócio totalmente político, foi criada com uma finalidade e está totalmente desvirtuada hoje. Isso não tem mais conserto — não tem mais conserto.

14. Avaliação da Constituição

O resultado final da Constituinte foi razoável, é claro, tanto que o nosso Ulysses Guimarães a chamou de “Constituição Cidadã”, porque, pela primeira vez, foram colocados direitos lá à vontade para os cidadãos. Não era uma Constituição ruim. Merece algumas correções, mas não era uma Constituição ruim de jeito nenhum. Mas o que ela fez de esquisito foi, primeiro, ser muito longa; segundo, um monte de artigos remete-se à regulamentação, através de lei ou de lei complementar. Há um monte de artigo. Às vezes as pessoas reclamam que o Supremo Tribunal Federal está legislando. O Supremo está legislando a partir desses artigos que não foram regulamentados. Não há o que reclamar. Não sei por que o Congresso reclama. Tempo para fazer isso, competência, tudo ele tem. Não sei por que não o faz. Ele não faz o que tem de fazer, o Supremo, provocado por algum motivo, tem que decidir.

Eu acho que esta Constituição não é ruim. Acho-a exagerada, com detalhes demais. Além de ter detalhes demais, há um monte de regulamentações que ela manda fazer. É uma bobagem. Não é boa só por esse aspecto. Na Inglaterra, a Constituição nem escrita é praticamente. Nos Estados Unidos, ela tem poucos artigos — parece que, até hoje, há 19 emendas. Na nossa, há sei lá quantas. Acho que a

²⁵ V. Tartaglia, Cesar. Sem votação. *Globo Memória*. <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/edicoes-especiais/sem-votaccedilatildeo-9938719>



Constituição não devia descer a tantos detalhes. Mas, tirando isso, é uma boa Constituição. Pelo menos pelo que costumo ler e assistir dos julgamentos do Supremo principalmente, acho que é uma boa Constituição. Não é ruim, não. Ela precisa ser mais bem aplicada, mas é uma boa Constituição. Eu acho isso. Ela é detalhista demais, mas isso é do nosso costume, por herança portuguesa.

15. A Câmara ontem e hoje

O mais importante que observo hoje é a participação popular, que nunca foi tão intensa quanto é hoje. São diversos os grupos, grupos de todo tipo: índios, funcionários públicos... Isso nem na Constituinte. Atualmente isso está bem forte. Acho isso interessante, tirando, é claro, os exageros que sempre acontecem. Mas, enfim, isso mudou — isso mudou.

Outra coisa é essa história de haver vinte e tantos partidos funcionando na Câmara. Isso não tem sentido! Por exemplo, há o caso da Dilma Rousseff²⁶, que foi deposta. Por quê? Porque ela tinha que negociar cada item que ia mandar para cá ou quando ia tomar decisão sobre a economia. Ela tinha que negociar com cada um dos partidos, porque cada um queria tirar o seu quinhão. Tem que acabar com esse monte de partido, no meu modo de ver. No tempo da revolução, da ditadura, só havia dois, o que também é muito pouco. Depois criaram mais alguns, poucos, mas não esse montão. Isso não tem como funcionar. É o tal do presidencialismo, que eles dizem que é de coalizão, mas é de concessão; não é de coalizão. Isso não funciona. Não havia isso antes, mas há agora.

E há o nível dos deputados também. Desculpem-me, mas o nível dos deputados... Nas décadas de 1960 e de 1970, quando alguns deputados anunciavam que iam fazer discurso no Grande Expediente, que é aquela parte maior, em que se fala mais tempo, naquele tempo não havia Internet, juntava muita gente na galeria e muitos deputados para escutar um discurso de conteúdo — de conteúdo —, daqueles

²⁶ Dilma Vana Rousseff. Ministra de Minas e Energia (2003-2005). Ministra-Chefe da Casa Civil (2005-2010). Presidente do Brasil (2011-2014; 2015-2016).



grandes figurões. Tancredo Neves²⁷ era um deles, assim como o Franco Montoro²⁸ e muitos outros. O Djalma Marinho²⁹, com quem trabalhei, era um deputado espetacular. A cultura dele era uma coisa... Antigamente, parávamos para escutar discurso de deputado. Hoje eu não vejo mais isso.

É difícil responder a razão dessas mudanças. Primeiro, a população mudou muito; cresceu. Segundo, hoje a periferia é muito maior. Antigamente, existia a classe média. Eu era da classe média. Dava para viver; dava para participar das coisas. Estudávamos nos colégios públicos, porque eram os bons. Tive uma formação muito boa, inclusive aqui em Brasília. Estudei no Elefante Branco³⁰ no Segundo Grau. Lá no Rio eu estudei na escola pública de Petrópolis, na Escola Estadual de Petrópolis. Era espetacular! Não dá nem para comparar com as escolas particulares de hoje, é claro que sem a tecnologia. Depois acabaram com isso também. Um dia desses, vi um cartaz numa dessas passeatas. Não me lembro de todas as palavras, mas era algo como: *“O Governo não quer educação porque, se houver educação, o Governo cai”*. É mais ou menos isso. Então, da década de 1970 para cá, a coisa piorou. É claro que não vamos chegar ao exagero do que disse o Pelé³¹ uma vez: *“O povo não sabe votar”*. Não dá para saber, mas muita coisa mudou.

Os políticos também estão aproveitando demais. Há vinte e tantos partidos para poderem receber Fundo Partidário e não sei mais o quê. Há barganhas durante as eleições. Não sei por que isso mudou. Sei lá, está muito ruim! Eu fico arrasado. Além disso há a corrupção. Dizem: *“Havia corrupção, mas era disfarçada”*. Não sei, mas acho que tanto assim, tão descarada, não é possível que existisse. Não é possível que ninguém percebesse, a não ser, é claro, esses casos do pessoal dos transportes,

²⁷ Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Deputado Federal nas Legislaturas 1951-1955, 1963-1967, 1967-1971, 1971-1975 e 1975-1979; Senador 1979-1982, Governador de Minas Gerais (1983-1984). Oficialmente reconhecido (Lei no 7.465, de 21 de abril de 1986) Presidente do Brasil.

²⁸ André Franco Montoro (1916-1999). Deputado Federal - 1959-1963; 1963-1967; SP, PDC. Deputado Federal - 1967-1971, SP, MDB. Deputado Federal - 1995-1999, SP, PSDB. Senador – SP, 1971-1978, 1979-1982. Governador de São Paulo – 1983-1987. Ministro do Trabalho – 1961-1962.

²⁹ Djalma Aranha Marinho (1908-1981). Deputado Federal - 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967; RN, UDN. Deputado Federal - 1967-1971; 1971-1975; 1979-1981, RN, ARENA.

³⁰ Centro de Ensino Médio Elefante Branco.

³¹ Édson Arantes do Nascimento.



lá no Rio de Janeiro³². Todo mundo sempre soube que há corrupção no Brasil inteiro. É uma raça perigosa a de transportador tanto intermunicipal como local. Sempre houve corrupção. Falavam e falavam, mas não acontecia nada. Mas hoje, não, melhorou nesse aspecto.

O nível dos deputados eu não acho bom, mas não sei exatamente por que isso ocorre. Um dos motivos é o sistema proporcional. O Deputado Tiririca³³, por exemplo, traz junto com ele cinco deputados que tiveram pouquíssimos votos. Isso não é representativo. Isso tem que mudar. Há previsão disso, mas não sei se vão conseguir votar a tempo. Nós estamos em cima da hora. Se fizerem alguma alteração vai ser uma coisa ridícula, mínima, com consenso total, porque o Senado não pode mudar, senão a matéria terá que voltar para cá, e não vai dar tempo. Então, eu acho que, politicamente, não vai mudar muita coisa, não. Mas, do jeito que está, cá entre nós, não pode continuar.

16. O compromisso com a Câmara

Eu sempre digo que — é duro dizer isto — me aposentei num dia, no outro não me lembrava mais. Mas, espere, como eu disse, o emprego foi espetacular, com conteúdo, divertido, variado. Foi um emprego bom. Mas sou assim mesmo. Acabei meu casamento em 1974. Quando acabou, acabou, não quero mais saber, não me lembro mais. Embora seja amigo da minha ex-mulher até hoje, quando acabou, acabou. E, também, as coisas estão mudando muito. Antigamente conseguíamos nos divertir mais do que hoje. Era muito divertido. O ambiente era mais leve, os funcionários eram mais amigos, não havia muita disputa por cargos, essas coisas. Pelo menos no meu setor, não havia tanto isso. Hoje já há, é mais confuso um pouco, porque chegaram funcionários novos, que são muito preparados. Eles são jovens e são preparados. Não há nem o que discutir, porque o concurso é difícilíssimo, ou pelo menos altamente competitivo. Mas eles precisam pegar experiência primeiro, e não têm muita paciência. Assim há um choque com os mais antigos. Nunca tive esse

³² V. Corrupção no transporte público do Rio reflete em precárias condições dos ônibus.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/corruptao-no-transporte-publico-do-rio-reflete-em-precarios-condicoes-dos-onibus.ghtml>

³³ Francisco Everardo Oliveira Silva – Tiririca. Deputado Federal - 2011-2015; 2015-2019; 2019-2023, SP, PR.



problema. Já era muito antigo desde quando a Câmara começou a fazer concurso. Já me conheciam com certa fama de ser durão, bravo. Tinha fama de bravo. Não tive muito esse problema, não senti isso, nunca achei que alguém tivesse tentado pegar meu cargo. Não passei por isso. Mas hoje o ambiente está bem competitivo. Mas saudade tenho. Por quê? Porque era bom. Foi bom. Não tenho um trisquinho para falar da Câmara. Foi muito legal, o melhor emprego que alguém pode ter é aqui na Câmara.

Sempre digo que não fui um bom chefe. Há chefes que são bonzinhos, e isso não é bom. Tirando isso — pelo menos ficaram os amigos, não é? — não mudaria muito. É meu jeito de ser: sempre fui durão, sempre fui legalista. Isto fui aqui dentro: profissional. Chegava ao ponto de juntar clipe no chão para não desperdiçar dinheiro da Câmara. *“Você não está precisando de computador?” “Não.” “Não está precisando de móvel?” “Não. Não quero nada.”* Não gastava nada. O Deputado Moreira Franco foi eleito Presidente da Comissão de Viação e Transportes. Aliás, ele foi o primeiro presidente que tive lá. Ele tomou posse e tal. Eles viajaram. Na semana seguinte, chamou-me no gabinete, onde havia uns armários, umas poltronas, uma mesa grande e mais nada: *“Sabe que eu estou sentindo a falta de um toque feminino aqui?” “Ô Presidente, como o senhor vem dizer isso para mim. Eu não sou um machão?”* Para encurtar a história, comprei para ele um negociozinho de acrílico para botar lápis. Não vou pedir quadro. Não, nunca pedi nada, era pão-duro. Não queria saber. Era profissional nesse aspecto de proteger a Câmara. Protegia muito a Câmara. Era profissional mesmo. Regateava até com deputado. Não queria saber. Tinha estabilidade e usava isso mesmo. Tinha confiança, muita confiança. Usando uma expressão grosseira, eu peitava os deputados mesmo. Como fui ficando mais velho também, havia deputados muito mais novos do que eu, eu era prepotente — reconheço —, mas tudo em nome da Câmara. Nunca quis, nunca batalhei por nada. Por isso digo que faria do mesmo jeito que fiz.

Ficha Técnica

1 Data: 04/09/2017

2. Local: Sala de Obras Raras do Cedi

3. Duração: 1h11min



4. N° do arquivo: E007

5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota (P_6741)

6. Entrevistador: Rildo José Cosson Mota (P_6741) – Assistência: Vânia Lúcia Alheiro Rosa (P_6184)

7. Equipe de vídeo: Maíra Brito (Produtora – P_6863); Cláudio Adriano Silva (Cinegrafista – P_3001.418), Wellington Lima (Assistente de cinegrafista – P_3002.779)

8. Fotografia: Gilmar Félix (P_3021.291)

9. Responsável pela transcrição: Rildo José Cosson Mota (P_6741)

10. Data da transcrição: 27/09/2017

11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota (P_6741)